

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Relatório de revisão do auditor independente acompanhado das informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2019





Grant Thornton

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2019	12

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“**Companhia**”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Garantias compartilhadas com dívidas contraídas em parte relacionada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, às informações contábeis intermediárias, que informa que a parte relacionada MetroBarra S.A., em 11 de fevereiro de 2019, teve seu “*rating*” rebaixado por agência de classificação de riscos. Esse fato enseja a quebra de cláusulas restritivas, podendo acarretar no vencimento antecipado das debêntures emitidas pelo MetroBarra, caso não seja obtido “*waiver*” em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD. Adicionalmente, no cenário, em que haja o vencimento das debêntures do MetroBarra e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança da controladora Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar poderá ser chamada, e caso não honrada, poderá acionar cláusula de vencimento antecipado em empréstimo da Companhia. Caso o empréstimo da LAMSA seja vencido antecipadamente, o debenturista da 2ª emissão das debêntures da LAMSA, poderá chamar AGD para deliberação ou não do vencimento antecipado da mesma. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida para companhias abertas de acordo com a legislação societária e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” - RJ

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.164	27.104
Contas a receber	5	15.689	14.529
Estoques		809	852
Debêntures	8	12.848	12.848
Adiantamentos		936	1.988
Partes relacionadas	8	290	290
Instrumentos financeiros derivativos	20.h	901	1.534
Outros		798	583
Total do ativo circulante		<u>69.435</u>	<u>59.728</u>
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	88.862	95.286
Partes relacionadas	8	74	74
Depositos judiciais	7	4.037	3.651
Imobilizado	9	14.955	15.891
Intangível	10	367.008	372.821
Total do ativo não circulante		<u>474.936</u>	<u>487.723</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>544.371</u>	<u>547.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.740	6.295
Empréstimos e financiamentos	11	15.273	15.560
Debêntures	12	36.776	32.227
Tributos a recolher	6.b	15.470	23.789
Obrigações com empregados e administradores		5.426	3.672
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	8 e 14.c	116.260	51.110
Partes relacionadas	8	4.336	9.684
Outros		32	31
Total do passivo circulante		<u>198.313</u>	<u>142.368</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	-	7.604
Debêntures	12	222.902	239.016
Tributos a recolher	6.b	707	1.283
Impostos diferidos passivos	6.a	3.959	4.415
Provisão para riscos processuais	13	2.193	1.673
Total do passivo não circulante		<u>229.761</u>	<u>253.991</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.a	54.118	54.118
Reserva legal	14.b	10.824	10.824
Dividendos adicionais propostos	14.c	-	86.150
Resultado do período		51.355	-
Total do patrimônio líquido		<u>116.297</u>	<u>151.092</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>544.371</u>	<u>547.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS
TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Receita líquida de serviços	15	137.442	132.661	70.092	66.596
Receita de construção	15	-	2.832	-	3
RECEITA LÍQUIDA		<u>137.442</u>	<u>135.493</u>	<u>70.092</u>	<u>66.599</u>
Custo dos serviços prestados	16	(34.958)	(27.859)	(17.354)	(14.024)
Custos de construção	16	-	(2.815)	-	(3)
LUCRO BRUTO		<u>102.484</u>	<u>104.819</u>	<u>52.738</u>	<u>52.572</u>
Despesas e receitas operacionais					
Gerais e administrativas	16	(17.693)	(13.860)	(9.463)	(6.341)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		196	4.885	45	42
LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		<u>84.987</u>	<u>95.844</u>	<u>43.320</u>	<u>46.273</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	17	8.186	9.882	3.420	6.337
Despesas financeiras	17	(15.506)	(20.423)	(6.689)	(11.306)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>77.667</u>	<u>85.303</u>	<u>40.051</u>	<u>41.304</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.d	(26.767)	(29.443)	(13.972)	(14.172)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	455	1.171	398	289
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>51.355</u>	<u>57.031</u>	<u>26.477</u>	<u>27.421</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$)	18	<u>0,3297</u>	<u>0,3661</u>	<u>0,1700</u>	<u>0,1760</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2018</u> <u>a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018</u> <u>a 30/06/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>51.355</u>	<u>57.031</u>	<u>26.477</u>	<u>27.421</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>51.355</u></u>	<u><u>57.031</u></u>	<u><u>26.477</u></u>	<u><u>27.421</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>71.002</u>	<u>-</u>	<u>135.944</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	57.031	57.031
Dividendos propostos	14.c	-	-	(71.002)	-	(71.002)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>-</u>	<u>57.031</u>	<u>121.973</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		54.118	10.824	86.150	-	151.092
Lucro líquido do período		-	-	-	51.355	51.355
Dividendos propostos	14.c	-	-	(86.150)	-	(86.150)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>-</u>	<u>51.355</u>	<u>116.297</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		77.667	85.303
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9 e 10	10.891	10.849
Margem de construção		-	(17)
Provisão para riscos processuais		520	669
Ajuste de operação de instrumentos financeiros derivativos	20.h	633	(6.835)
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas		7.184	13.263
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(1.160)	700
Estoques		43	(32)
Depósitos judiciais		(386)	(1.106)
Adiantamentos		1.052	802
Outros		(215)	1
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.052)	(2.848)
Tributos a recolher		(1.618)	(403)
Obrigações com empregados e administradores		1.754	(973)
Partes relacionadas		(5.348)	3.849
Outras obrigações		1	1
Caixa líquido gerado na operação		<u>88.966</u>	<u>103.223</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.045)	(28.075)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>54.921</u>	<u>75.148</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento de principal sobre debêntures	8	6.424	6.424
Recebimento de juros sobre debêntures	8	4.879	5.136
Aquisição de imobilizado	9	(635)	(484)
Aquisição de intangível	10	(3.010)	(3.227)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>7.658</u>	<u>7.849</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento do principal de debêntures e empréstimos e financiamentos	11 e 12	(20.937)	(31.831)
Pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos e financiamentos	11 e 12	(10.582)	(14.452)
Custo de Captação		-	30
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	14.c	(21.000)	(22.393)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(52.519)</u>	<u>(68.646)</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>10.060</u>	<u>14.351</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		27.104	19.624
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>37.164</u>	<u>33.975</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>10.060</u>	<u>14.351</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		150.652	152.945
Prestação de serviço	15	150.456	145.228
Receita de construção	15	-	2.832
Perda efetiva do contas a receber		-	-
Outras receitas		196	4.885
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(27.987)	(15.558)
Custos de serviços prestados		(2.315)	(534)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(25.762)	(11.970)
Custo de construção	17	-	(2.815)
Outros		90	(239)
Valor adicionado bruto		<u>122.665</u>	<u>137.387</u>
Retenções	9 e 10	(10.891)	(10.849)
Depreciação e amortização		(10.891)	(10.849)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>111.774</u>	<u>126.538</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	8.186	9.882
Valor adicionado total a distribuir		<u>119.960</u>	<u>136.420</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>119.960</u>	<u>136.420</u>
Pessoal e encargos		11.369	16.090
Remuneração direta		7.911	7.417
Benefícios		2.927	2.553
FGTS		446	412
Outros		85	5.708
Impostos, taxas e contribuições		41.340	42.831
Federais		33.764	35.522
Municipais		53	7.267
Estaduais		7.523	42
Remuneração capital de terceiros		15.896	20.468
Juros		15.261	14.504
Aluguéis		389	45
Outros		246	5.919
Remuneração de capital próprio		51.355	57.031
Lucros retidos		51.355	57.031

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1) Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em março de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”).

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$128.878 (R\$82.640 em 31 de dezembro de 2018), devido, principalmente, a dividendos e juros sobre capital próprio e debêntures no montante, respectivamente, de R\$116.260 e R\$36.776 ambos no curto prazo.

A Administração, baseada nos fluxos de caixa projetados, considera que haverá recursos suficientes para cumprir com os compromissos de curto prazo.

1.2) Litígio com o Poder Concedente

O contrato de concessão da Linha Amarela estabelece que a tarifa de pedágio será reajustada anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E. Contudo, desde o ano de 2016 até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis intermediária, o poder concedente (Município do Rio de Janeiro) não tem se manifestado formalmente quanto à homologação dos reajustes devidos conforme a regra contratual, mantendo a tarifa da concessionária congelada no nível tarifário do ano 2015. Nesse contexto, a LAMSA ingressou judicialmente contra o Município obtendo na 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em 13 de abril de 2017, uma decisão liminar (tutela antecipada) garantindo o cumprimento das disposições contratuais. Nesta data, a tarifa da concessionária foi corrigida pelo IPCA-E conforme preconiza o contrato, alcançando o valor de R\$ 7,00, que vem sendo cobrado normalmente dos usuários até 10 de janeiro de 2018, data qual o poder concedente se manifestou sobre o reajuste pertinente ao exercício de 2018 e o autorizou, passando a tarifa básica para o valor de R\$ 7,20.

O reajuste referente ao ano de 2016 está sendo objeto de pleito do reequilíbrio econômico – financeiro junto ao Poder Concedente.

No dia 20 de dezembro de 2018, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, por meio de Decreto Municipal nº 45.546/2018 suspendeu a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”) A decisão tomada de maneira unilateral pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro fere cláusulas do contrato de concessão o que suscitou em ações legais, pela Companhia, objetivando a reversão desta decisão. Ao dia 21 de dezembro de 2018 a Companhia obteve decisão judicial favorável que suspendeu os efeitos do Decreto Municipal supracitado. A decisão restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Fundão, conforme previsto no contrato de concessão. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

Em 1º de fevereiro de 2019, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, emitiu novo Decreto Municipal de nº 45.645/2019 reeditando o Decreto 45.546/2018, emitido em dezembro de 2018, suspendendo, uma segunda vez, a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio LAMSA. Ainda em 1º de fevereiro, a Companhia renovou a medida judicial junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ para suspender o Decreto e nesta mesma data, tendo em vista se tratar de uma reedição de um decreto com efeitos suspensos bem como resultar em um ato irregular e não previsto no contrato, obteve nova decisão que suspendeu os efeitos desse novo decreto. A decisão restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Fundão, conforme previsto no contrato de concessão. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

Ao dia 16 de fevereiro de 2019, a Companhia obteve, por decisão de justiça, a autorização para reajustar a tarifa de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão, de R\$ 7,20 para R\$ 7,50. A receita não auferida decorrente da ausência de manifestação do poder concedente sobre o reajuste previsto contratualmente, no período de 1º de janeiro de 2019 até a data da decisão judicial, será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

Em 20 de maio de 2019, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, editou o novo Decreto Municipal de nº 45.949/2019, suspendendo, pela terceira vez, a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio LAMSA. Companhia renovou a medida judicial junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ para suspender o Decreto. No dia 22 de maio de 2019, obteve decisão que suspendeu os efeitos desse novo decreto restabelecendo o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador, conforme previsto no contrato de concessão, e estabelecendo multa diária não inferior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), bem como para determinar ao Município do Rio de Janeiro que se abstenha de praticar novos atos de suspensão da cobrança de pedágio na Linha Amarela, pelos fatos que já são objeto desta ação, durante o curso do processo. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

1.3) Classificação de rating em partes relacionadas

Em 11 de fevereiro de 2019 a agência S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings das 3ª e 4ª emissões de debêntures da Invepar de 'brA-' para 'brBB-'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para o MetroBarra, que teve seu rating de Emissora rebaixado de 'brA-' para 'brBB-', respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures METROBARRA, nos termos dos documentos da operação, será necessário convocar AGD para que os debenturistas votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). A Administração do METROBARRA iniciou as tratativas pertinentes junto ao único debenturista e respectivo agente fiduciário no sentido de convocar uma AGD e deliberar sobre o pedido. Neste caso, por se tratar de somente um único credor, a Administração da INVEPAR e do METROBARRA estão envidando esforços de contato e definição anterior a AGD para lograr êxito na mesma, obtendo o referido Waiver.

Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo do METROBARRA não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

No cenário, em que haja o vencimento da debênture da METROBARRA, e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança da INVEPAR poderá ser chamada, e caso não honrada, poderá acionar cláusula de vencimento antecipado nas seguintes dívidas: (i) Debêntures da INVEPAR; (ii) Empréstimo LAMSA; (iii) fianças VIA040; (iv) debênture da VIARIO.

Caso o empréstimo da LAMSA seja vencido antecipadamente, o Debenturista da 2ª emissão de Debêntures da LAMSA, poderá chamar AGD para deliberação ou não do vencimento antecipada da mesma, conforme escritura da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA. Havendo a declaração de vencimento antecipado da 2ª Emissão de debêntures da LAMSA, deverá ser convocado AGD para deliberação ou não do vencimento antecipada da 8ª Emissão de Debêntures do METRORIO.

A Administração da Companhia em conjunto com a Administração do METROBARRA, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, não possuem indicações acerca do insucesso destas ações nem de, no caso de insucesso, o debenturista exercer o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia."

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O encerramento das informações contábeis intermediárias foi autorizado pela Administração da Companhia em 12 de agosto de 2019.

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de março de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, das seguintes normas:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.
- IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro. Essa norma esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Não houve impacto da aplicação dessas normas nas informações contábeis intermediárias.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994, Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E").

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), na ordem de R\$ 62.8 milhões, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, na ordem de R\$ 251 milhões, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição/Engenhão conectando a Rua da Abolição com a Linha Amarela;
- Construção de uma nova baia de ônibus em Gardênia, na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, no trecho da Gardênia Azul;
- Alargamento da Av. Bento Ribeiro Dantas e do Viaduto de Osvaldo Cruz, a serem executadas no trecho entre o Viaduto de Manguinhos e o Viaduto Osvaldo Cruz;
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Fiocruz e remodelagem da baia de ônibus existente no mesmo trecho;
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- Alargamento da Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos; e
- Urbanização e melhorias de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre os anos 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	8.775	4.313
Aplicações financeiras	2.215	6.011
Fundo Mover (a)	26.174	16.780
Total Caixa e equivalentes de caixa	37.164	27.104

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor e prontamente resgatáveis. A rentabilidade média destas aplicações 96,10% do CDI (97,30% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

- (a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METROBARRA e a LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 98,80% do CDI (99,05% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
AVI (a)	15.128	14.410
Vale pedágio	44	-
Outros recebíveis	517	115
	<u>15.689</u>	<u>14.529</u>

- (a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.

Em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é o seguinte:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	15.689	14.529
	<u>15.689</u>	<u>14.529</u>

Em 30 de junho de 2019 a Companhia reconheceu R\$ 495 como perda definitiva. Não houve perdas efetivas nas demonstrações do resultado do período de 30 de junho de 2019.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES Feito pelo tributário

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participação nos lucros e resultado (PLR)	576	384
Provisões para riscos processuais	745	569
Provisões não dedutíveis	1.157	1.192
Total do ativo fiscal diferido	<u>2.478</u>	<u>2.145</u>
Variação cambial e instrumentos financeiros derivativos	(1.910)	(1.912)
Amortização de direito de concessão	(2.095)	(2.152)
Margem de construção - RTT	(2.216)	(2.275)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(216)	(221)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(6.437)</u>	<u>(6.560)</u>
Total	<u>(3.959)</u>	<u>(4.415)</u>

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>30/06/2019</u>
2019	1.635
2020	247
2021	75
2022	75
2023	75
2024 a 2026	224
2027 em diante	147
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>2.478</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(6.437)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>(3.959)</u>

b) Tributos a recolher

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda e contribuição social	11.866	19.143
Tributos em parcelamento (*)	1.213	1.184
PIS e COFINS	982	964
ISS	1.291	1.262
IRRF e CSRF	40	1.169
INSS sobre terceiros	78	67
Total circulante	<u>15.470</u>	<u>23.789</u>
Tributos em parcelamento (*)	<u>707</u>	<u>1.283</u>
Total não circulante	<u>707</u>	<u>1.283</u>

(*) Os tributos em parcelamento referem-se ao débito de Imposto de Renda e Contribuição Social dos anos calendários 2013 e 2014, junto a Receita Federal do Brasil no período de 60 meses, foram devidamente registrados no resultado de 2015 e possuem o seguinte fluxo de vencimento:

	<u>30/06/2019</u>
2019	606
2020	1.213
2021	101
Total	<u>1.920</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	77.667	85.303	40.051	41.303
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(26.407)	(29.003)	(13.617)	(14.043)
Adições permanentes	(112)	(269)	(61)	(226)
Exclusões permanentes	-	305	-	305
Ajustes de exercícios anteriores (*)	-	516	-	516
Outros	207	179	104	(435)
Total dos impostos no resultado	<u>(26.312)</u>	<u>(28.272)</u>	<u>(13.574)</u>	<u>(13.883)</u>
Impostos correntes	(26.767)	(29.443)	(13.972)	(14.172)
Impostos diferidos	455	1.171	398	289
Total dos impostos no resultado	<u>(26.312)</u>	<u>(28.272)</u>	<u>(13.574)</u>	<u>(13.883)</u>

(*) Valor referente a ajustes sobre IR e CS diferido sobre perdas no recebimento de crédito.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributário (a)	3.274	3.477
Trabalhista	468	131
Cíveis	252	-
Bloqueios judiciais	43	43
	<u>4.037</u>	<u>3.651</u>

- (a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo Invepar, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas informações contábeis intermediárias. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		30/06/2019				
		Ativo		Passivo	Resultado	
Parte relacionada	Transação	Circulante	Não	Circulante	Receitas	(Despesas)
			circulante			
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	264	-	4.336	-	(8.579)
INVEPAR	Dividendos/JSCP	-	-	116.260	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	-	41	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	26	-	-	-	-
METRÔRIO	Compartilhamento de despesas (a)	-	33	-	-	-
METRÔRIO	Debêntures (b)	12.848	88.862	-	4.879	-
	Total	13.138	88.936	120.596	4.879	

		31/12/2018			30/06/2018	
		Ativo		Passivo	Resultado	
Parte relacionada	Transação	Circulante	Não	Circulante PL	Receitas	(Despesas)
			circulante			
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	264	-	9.680	-	(8.190)
INVEPAR	Dividendos/JSCP	-	-	137.260	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	-	41	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	26	-	-	-	-
METRÔRIO	Compartilhamento de despesas (a)	-	33	4	-	-
METRÔRIO	Debêntures (b)	12.848	95.286	-	5.219	-
	Total	13.138	95.360	146.944	5.219	(8.190)

- (a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) Em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170, não conversíveis em ações, do METRÔRIO, empresa controlada pela Invepar. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Principal recebido</u>	<u>Juros Recebidos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/06/2019</u>
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(6.424)	(4.879)	4.879	6.424	12.848
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	95.286	-	-	-	(6.424)	88.862
Total debêntures	<u>108.134</u>	<u>(6.424)</u>	<u>(4.879)</u>	<u>4.879</u>	<u>-</u>	<u>101.710</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Principal recebido</u>	<u>Juros Recebidos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(12.847)	(10.400)	10.400	12.847	12.848
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	108.333	-	-	-	(12.847)	95.286
Total debêntures	<u>120.981</u>	<u>(12.847)</u>	<u>(10.400)</u>	<u>10.400</u>	<u>-</u>	<u>108.134</u>

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.283.

A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$ 839 em 30 de junho de 2019 (R\$ 1.294 em 30 de junho de 2018).

<u>Composição</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Pró-labore	371	185
Encargos	74	209
Bônus	300	860
Outros benefícios de curto prazo	94	40
Total	<u>839</u>	<u>1.294</u>

9. IMOBILIZADO

	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/2019
Custo						
Instalações	9	3.836	-	(378)	-	3.458
Máquinas e equipamentos	9	18.665	75	-	129	18.869
Móveis e utensílios	9	1.984	7	-	1	1.992
Veículos	20	5.865	-	-	-	5.865
Benfeitorias	4	3.955	-	-	-	3.955
Equipamentos de informática	20	6.204	113	-	17	6.334
Imobilizado em andamento		895	448	-	(129)	1.214
		<u>41.404</u>	<u>643</u>	<u>(378)</u>	<u>18</u>	<u>41.687</u>
Depreciação						
Instalações		(3.330)	(77)	378	-	(3.029)
Máquinas e equipamentos		(10.362)	(787)	-	-	(11.149)
Móveis e utensílios		(853)	(86)	-	-	(939)
Veículos		(4.773)	(248)	-	-	(5.021)
Benfeitorias		(1.513)	(80)	-	-	(1.593)
Equipamentos de informática		(4.682)	(319)	-	-	(5.001)
		<u>(25.513)</u>	<u>(1.597)</u>	<u>378</u>	<u>-</u>	<u>(26.732)</u>
Imobilizado líquido		<u>15.891</u>	<u>(954)</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>14.955</u>

(*) Em 30 de junho de 2019, houve transferência do intangível para o imobilizado.

	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Custo						
Instalações	9	3.834	-	(2)	4	3.836
Máquinas e equipamentos	9	18.448	349	(132)	-	18.665
Móveis e utensílios	9	2.004	32	(52)	-	1.984
Veículos	20	5.737	129	(1)	-	5.865
Benfeitorias	4	3.759	-	-	196	3.955
Equipamentos de informática	20	6.056	217	(102)	33	6.204
Imobilizado em andamento		1.044	720	-	(869)	895
		<u>40.882</u>	<u>1.447</u>	<u>(289)</u>	<u>(636)</u>	<u>41.404</u>
Depreciação						
Instalações		(3.169)	(161)	-	-	(3.330)
Máquinas e equipamentos		(8.844)	(1.639)	121	-	(10.362)
Móveis e utensílios		(728)	(174)	49	-	(853)
Veículos		(4.126)	(648)	1	-	(4.773)
Benfeitorias		(1.363)	(152)	2	-	(1.513)
Equipamentos de informática		(4.100)	(683)	101	-	(4.682)
		<u>(22.330)</u>	<u>(3.457)</u>	<u>274</u>	<u>-</u>	<u>(25.513)</u>
Imobilizado líquido		<u>18.552</u>	<u>(2.010)</u>	<u>(15)</u>	<u>(636)</u>	<u>15.891</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2018, houve transferência do imobilizado para intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2019.

10. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/2019
Custo						
Software	5 anos	7.454	-	-	-	7.454
Direitos de concessão	(a)	551.603	-	-	5.262	556.865
Intangível em construção		<u>34.249</u>	<u>3.499</u>	-	<u>(5.280)</u>	<u>32.468</u>
		<u>593.306</u>	<u>3.499</u>	-	<u>(18)</u>	<u>596.787</u>
Amortização						
Amortização acumulada software		(6.626)	(175)	-	-	(6.801)
Direitos de concessão		<u>(213.859)</u>	<u>(9.119)</u>	-	-	<u>(222.978)</u>
		<u>(220.485)</u>	<u>(9.294)</u>	-	-	<u>(229.779)</u>
				-		
Intangível líquido		<u>372.821</u>	<u>(5.795)</u>	-	<u>(18)</u>	<u>367.008</u>

(*) Em 30 de junho de 2019, houve transferência do intangível para o imobilizado.

	Prazo de vida útil	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Custo						
Software	5 anos	7.419	35	-	-	7.454
Direitos de concessão	(a)	552.163	2	(562)	-	551.603
Intangível em construção		<u>23.480</u>	<u>10.133</u>	-	<u>636</u>	<u>34.249</u>
		<u>583.062</u>	<u>10.170</u>	<u>(562)</u>	<u>636</u>	<u>593.306</u>
Amortização						
Amortização acumulada software		(6.229)	(397)	-	-	(6.626)
Direitos de concessão		<u>(196.515)</u>	<u>(17.792)</u>	<u>448</u>	-	<u>(213.859)</u>
		<u>(202.744)</u>	<u>(18.189)</u>	<u>448</u>	-	<u>(220.485)</u>
Intangível líquido		<u>380.318</u>	<u>(8.019)</u>	<u>(114)</u>	<u>636</u>	<u>372.821</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2018, houve transferência do imobilizado para intangível.

- (a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2019.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos estava composto da seguinte forma:

Instituição	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	30/06/2019		
					Circulante	Não circulante	Total
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	15.273	-	15.273
Total					15.273	-	15.273

Instituição	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2018		
					Circulante	Não circulante	Total
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	15.560	7.604	23.164
Total					15.560	7.604	23.164

Descrição	31/12/2018	Amortização principal	Varição cambial	Juros incorridos	Juros pagos	Transferência	30/06/2019
Passivo circulante							
Santander (b)	15.560	(7.509)	(307)	467	(585)	7.647	15.273
	15.560						
Passivo não circulante							
Santander (b)	7.604	-	43	-	-	(7.647)	-
	7.604						
Total de empréstimos e Financiamentos	23.164	(7.509)	(264)	467	(585)	-	15.273

Descrição	31/12/2017	Amortização principal	Varição cambial	Juros incorridos	Juros pagos	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2018
Passivo circulante								
Itaú (a)	19.203	(19.999)	1.055	233	(492)	-	-	-
Santander (b)	13.485	(14.547)	2.614	1.464	(1.689)	-	14.233	15.560
Custos a amortizar	(39)	-	-	-	-	39	-	-
	32.649	(34.546)	3.669	1.697	(2.181)	39	14.233	15.560
Passivo não circulante								
Santander (b)	19.473	-	2.364	-	-	-	(14.233)	7.604
	19.473	-	2.364	-	-	-	(14.233)	7.604
Total de empréstimos e Financiamentos	52.122	(34.546)	6.033	1.697	(2.181)	39	-	23.164

(a) Em 07 de agosto de 2015, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 14,320 sendo o dólar de início R\$3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação

cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC.

O prazo de vencimento do empréstimo foi de três anos, contados da data de emissão, tendo vencido, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento foi na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

- (b) Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início R\$3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

Cláusulas restritivas

<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
Santander	DL/EBITDA	≤ 3,0	Anual*
	DL/EBITDA	≤ 2,0	Anual**

(*) Covenant apurado até dezembro de 2017.

(**) O Covenants a partir dezembro de 2017.

Durante o prazo de vigência do empréstimo será considerado um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 3,0 (três inteiros); e (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras auditadas anualmente.

Hipóteses de Vencimento Cruzado aplicáveis a empréstimos e debêntures

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas Invepar, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

<u>Empresa:</u>	<u>Rating limite:</u>
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de clausulas de cross default com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar.

12. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As debêntures fazem jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a METRÔRIO e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao METRÔRIO são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na Nota explicativa 8.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados⁽¹⁾</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/06/2019</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	32.227	(13.428)	(9.997)	11.861	16.114	36.776
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	239.016	-	-	-	(16.114)	222.902
Total debêntures	<u>271.243</u>	<u>(13.428)</u>	<u>(9.997)</u>	<u>11.861</u>	<u>-</u>	<u>259.678</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados⁽¹⁾</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	37.126	(34.912)	(28.201)	25.987	32.227	32.227
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	271.243	-	-	-	(32.227)	239.016
Total debêntures	<u>308.369</u>	<u>(34.912)</u>	<u>(28.201)</u>	<u>25.987</u>	<u>-</u>	<u>271.243</u>

⁽¹⁾ Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	≥ 1,3 ≤ 2 ≥ 1,5	Anual Trimestral ⁽¹⁾ Trimestral ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo

1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 30 de junho de 2019, as cláusulas restritivas foram atendidas.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Riscos prováveis

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão/ Pagamentos</u>	<u>Saldo em 30/06/2019</u>
Cíveis	687	653	(966)	374
Trabalhistas	986	1.085	(252)	1.819
Total	<u>1.673</u>	<u>1.738</u>	<u>(1.218)</u>	<u>2.193</u>

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões/ Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Cíveis	474	357	(144)	687
Trabalhistas	629	1.161	(804)	986
Total	<u>1.103</u>	<u>1.518</u>	<u>(948)</u>	<u>1.673</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 30 de junho de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 11.662 (R\$11.507 em dezembro de 2018).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Em 30 de junho de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 4.579 (R\$3.233 em dezembro de 2018).

c) Riscos tributários

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento indevidos do IRRF ano calendário de 2000, por se tratar de um pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações (atualmente no bloco de Controle da Invepar), conforme detalhado na Nota explicativa 7.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída a provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável, dado classificação de risco como remota.

Em 30 de junho de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 2.445 (R\$2.445 em dezembro de 2018).

A Companhia é parte em processo administrativo com manifestação de inconformidade ao despacho decisório nº 825049050, que não homologou a PER/DCOMP nº 30450.01505.310105.1.3.04-2054, referente à compensação de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004, classificado em totalidade com prognóstico de perda possível em seu montante total de R\$ 14 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2018.)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$10.824 , já atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	114.867
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.717
Dividendos propostos	21.337
Juros sobre capital próprio	7.380
Dividendos adicionais a distribuir	86.150

Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou o montante de R\$7.380 referente a juros sobre capital próprio ("JSCP"), com base no resultado acumulado até 31 de outubro de 2018, onde foi retido R\$1.107 de IRRF, e adicionalmente, propôs R\$21.337 em complemento ao dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou o montante de R\$ 86.150 referente a dividendos adicionais do exercício social de 2018, sendo em 29 de abril de 2019 aprovada sua destinação.

Em 15 de fevereiro e 11 de abril de 2019 foram pagos R\$10.000 e R\$ 11.000, respectivamente, ambos referentes aos dividendos de 2017 aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), restando um montante R\$ 2.500 a ser pago.

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>
Receita bruta de pedágio	150.456	145.228	76.729	72.902
Receita de construção	-	2.832	-	3
Impostos sobre serviços	<u>(13.014)</u>	<u>(12.567)</u>	<u>(6.637)</u>	<u>(6.306)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>137.442</u></u>	<u><u>135.493</u></u>	<u><u>70.092</u></u>	<u><u>66.599</u></u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Pessoal	(13.314)	(18.022)	(6.685)	(8.644)
Conservação e manutenção	(6.600)	(3.640)	(2.563)	(2.105)
Despesas administrativas	(11.091)	(3.472)	(5.932)	(1.379)
Operacionais	(7.778)	(5.067)	(4.400)	(2.489)
Custo de construção	-	(2.815)	-	(3)
Depreciação e amortização	(10.891)	(10.849)	(5.558)	(5.420)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(2.977)	(669)	(1.679)	(328)
Outras receitas (despesas) operacionais	196	4.885	45	42
	<u>(52.455)</u>	<u>(39.649)</u>	<u>(26.772)</u>	<u>(20.326)</u>
Custo de serviços prestados	(34.958)	(27.859)	(17.354)	(14.024)
Custo de construção	-	(2.815)	-	(3)
Despesas gerais e administrativas	(17.693)	(13.860)	(9.463)	(6.341)
Outras receitas (despesas) operacionais	196	4.885	45	42
	<u>(52.455)</u>	<u>(39.649)</u>	<u>(26.772)</u>	<u>(20.326)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Desconto obtidos	20	-	-	-
Juros sobre aplicações financeiras	370	410	185	264
Variação monetária ativa	285	-	286	-
Variação cambial ativa	1.781	-	448	(756)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	851	4.253	23	4.253
Juros sobre debêntures	4.878	5.219	2.478	2.576
Total receitas financeiras	<u>8.186</u>	<u>9.882</u>	<u>3.420</u>	<u>6.337</u>
Comissões e despesas bancárias	(106)	(96)	(64)	(61)
Variações cambiais passivas	(1.517)	(5.652)	(191)	(4.981)
Variações monetárias passivas	(53)	(85)	(25)	(40)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(1.210)	-	(330)	929
Juros passivos	(205)	(1.274)	(210)	(467)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.328)	(13.230)	(5.840)	(6.666)
Outros	(87)	(86)	(29)	(20)
	<u>(15.506)</u>	<u>(20.423)</u>	<u>(6.689)</u>	<u>(11.306)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(7.321)</u>	<u>(10.541)</u>	<u>(3.269)</u>	<u>(4.969)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2019 a 30/06/2019			01/01/2018 a 30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	17.118	34.237	51.355	19.010	38.021	57.031
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ações (em reais – R\$)	<u>0,3297</u>	<u>0,3297</u>	<u>0,3297</u>	<u>0,3661</u>	<u>0,3661</u>	<u>0,3661</u>
	01/04/2019 a 30/06/2019			01/04/2018 a 30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	8.826	17.651	26.477	9.140	18.280	27.421
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ações (em reais – R\$)	<u>0,1700</u>	<u>0,1700</u>	<u>0,1700</u>	<u>0,1760</u>	<u>0,1760</u>	<u>0,1760</u>

19. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia	26.206	18/12/18 a 19/12/19	Austral	(a)
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/18 a 01/08/19 (*)	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	280.000	01/08/18 a 01/08/19 (*)	Tokio Marine	(c)
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/11/18 a 29/11/19	Sompo	-
D&O	100.000	04/05/19 a 04/05/20	Axa/XL Seguros Brasil	-

(*) As apólices de seguros de Responsabilidade civil e de Riscos Operacionais, cujo vencimentos se deram em 01 de agosto de 2019, foram renovadas até 01 de agosto de 2020, matendo as mesmas clausulas e limite máximo.

- (a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado em 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarelo entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.
- (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos.
- (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurado, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporário de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos matérias à empresa segurada.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>30/06/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	37.164	-	27.104	-
Créditos a receber	-	15.689	-	14.529
Debêntures	-	101.710	-	108.134
Partes relacionadas	-	364	-	364
Instrumentos financeiros derivativos	901	-	1.534	-
Total do ativo	38.065	117.763	28.638	123.027
Passivos				
Fornecedores	-	4.740	-	6.295
Partes relacionadas	-	4.336	-	9.684
Empréstimos e financiamentos	-	15.273	-	23.164
Debêntures	-	259.678	-	271.243
Total do passivo	-	284.027	-	310.386

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
DI Passivo (% ao ano)	7,16%	8,95%	10,74%
TR Ativo (% ao ano)	0,10%	0,08%	0,05%
TR Passivo (% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Caixa e equivalente de caixa					
Certificado de depósito bancário	DI	26.174	1.874	1.405	937
<u>Aplicações Financeiras</u>					
Fundo mover	DI	2.215	158	119	79
Debêntures METRÔRIO a receber	TR	101.710	102	81	51
SWAP - Itaú	DI	901	65	48	32
<u>Passivo financeiro</u>					
Debêntures CEF	TR	259.678	260	338	390
Empréstimos – Itaú/ Santander	DI	15.273	1.094	1.367	1.640

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

g) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira.

h) Derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui operações com característica de *hedge*.

Em aberto:

								<u>30/06/2019</u>
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber	Valor justo diferencial a receber
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	35.714	23.787	22.253	1.342	901
							Ativo circulante	<u>901</u>

								<u>31/12/2018</u>
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber	Valor justo diferencial a receber
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	35.714	23.787	22.253	1.342	1.534
							Ativo circulante	<u>1.534</u>

Liquidados:

30/06/2019

Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/03/2019	7.143	3,6400	232
Total						<u>232</u>

31/12/2018

Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap (Dólar x DI)	Itaú	07/08/2015	07/02/2018	10.000	3,2060	(1.273)
Swap (Dólar x DI)	Itaú	07/08/2015	07/08/2018	10.000	3,7136	377
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/03/2018	7.143	3,6400	(1.310)
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/09/2018	7.143	4,1637	955
Total						<u>(1.251)</u>

21. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa.

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
<u>Saldo inicial</u>		
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado financeiramente (Fornecedores)	496	97

RELEASE DE RESULTADOS

2T19 & 6M19

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA AUMENTOU 5,2% NO 2º TRIMESTRE E 1,4% NO 1º SEMESTRE DE 2019
LINHA AMARELA REGISTROU LUCRO DE R\$ 51,4 MILHÕES NO 6M19

DESTAQUES

VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES – VEPs AUMENTARAM 1,7% NO 2T19 E 0,9% NO 6M19

- Cabe lembrar que no 2T18, especificamente entre os dias 21 a 31 de maio, ocorreu a greve dos caminhoneiros, prejudicando o tráfego de veículos na LAMSA. Entretanto, a interdição da Av. Niemeyer vem contribuindo positivamente para o tráfego de veículos na rodovia.
- Colocando os números na mesma base de comparação, ou seja, desconsiderando o período de 21 a 31 de maio, o resultado da LAMSA é um crescimento de 3,0% no 2T19 e de 1,4% no 6M19 em relação aos mesmos períodos de 2018.

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA: CRESCIMENTO DE 5,2% NO 2T19 E DE 1,4% NO 6M19

- O aumento na Receita Líquida Ajustada é reflexo do maior número de VEPs e de reajuste tarifário contratual, ocorrido em fevereiro de 2019.

EBITDA AJUSTADO DIMINUIU 5,4% NO 2º TRIMESTRE E 10,1% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

- A queda do EBITDA do 6M19 está relacionado ao aumento de custos e despesas operacionais, principalmente gastos com conservação e manutenção e despesas administrativas.

A COMPANHIA REGISTROU LUCRO DE R\$ 26,4 MILHÕES NO 2T19 E R\$ 51,4 MILHÕES NO 6M19

- A queda de 10% no lucro registrado no semestre é também proveniente do aumento nos custos e despesas operacionais.

Indicadores Selecionados (Mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
VEPs ¹	10.196	10.026	1,7%	20.202	20.025	0,9%
Receita Líquida Ajustada ² (R\$)	70.092	66.596	5,2%	137.442	132.661	3,6%
EBITDA Ajustado ³ (R\$)	48.879	51.735	-5,5%	95.879	106.676	-10,1%
Lucro (R\$)	26.477	27.421	-3,4%	51.355	57.031	-10,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2019. A Linha Amarela S.A. - LAMSA, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 2T19 e do acumulado no 6M19. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2018, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Jun/19 sobre Jan-Jun/18): Brasil	3,6%	5,2%	4,0%
Acumulado 2º Trimestre (Abr-Jun/19 sobre Abr-Jun/18): Brasil	5,7%	8,6%	6,3%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

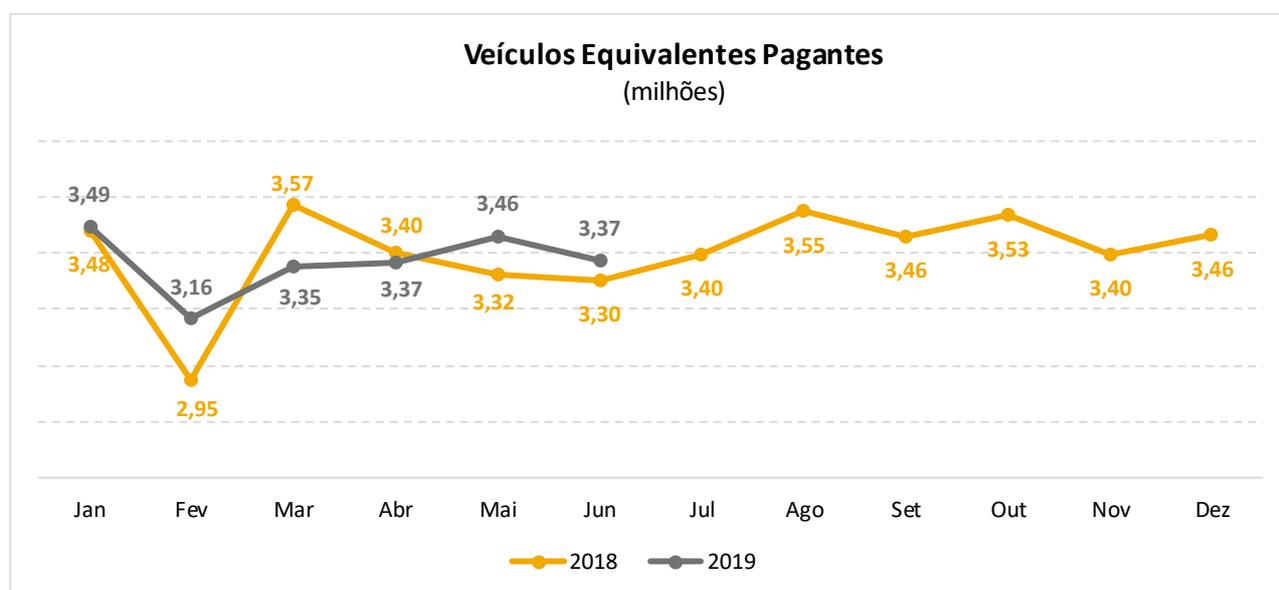
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

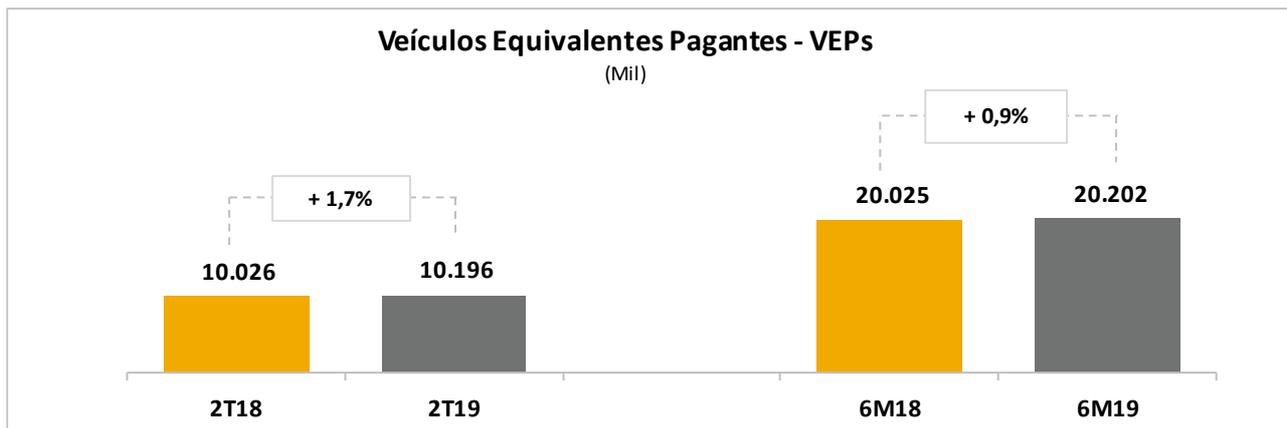
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 6,3% no fluxo total de veículos no segundo trimestre de 2019, com crescimento expressivo de 8,6% em veículos pesados e de 5,7% em veículos leves. No entanto, esses indicadores devem ser analisados com cautela pois eles estão sob efeito da greve dos caminhoneiros ocorrida de 21 a 31 maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias. Devido ao perfil de tráfego da LAMSA ser majoritariamente de veículos leves, o impacto foi menor do que o registrado em rodovias com perfil de tráfego diferente.

Desempenho Operacional (Mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
VEPs¹	10.196	10.026	1,7%	20.202	20.025	0,9%
Veículos Leves	9.369	9.176	2,1%	18.536	18.308	1,2%
Veículos Pesados	826	850	-2,8%	1.666	1.717	-3,0%
Tráfego²	10.979	10.616	3,4%	21.610	21.143	2,2%
Veículos Leves	9.395	9.189	2,2%	18.584	18.347	1,3%
Veículos Pesados	479	493	-2,6%	962	998	-3,6%
Veículos Isentos	1.105	934	18,3%	2.065	1.799	14,8%
Tarifa Média (R\$)	7,53	7,27	3,4%	7,45	7,25	2,6%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

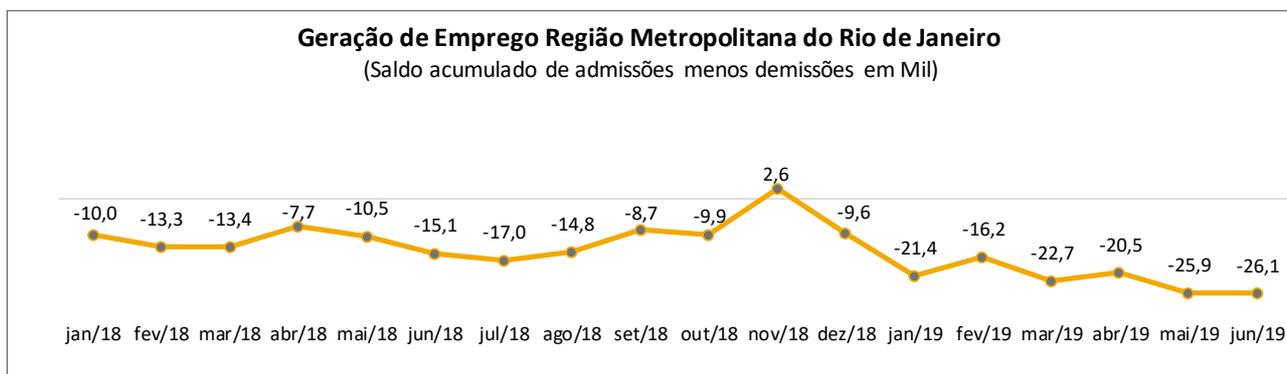




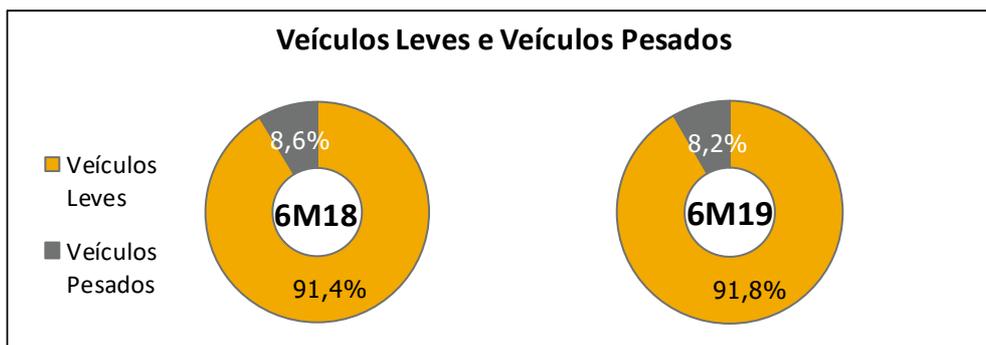
O fluxo na Linha Amarela é majoritariamente de veículos leves por se tratar de uma via urbana. No 2T19, o fluxo de VEPs cresceu 1,7% em comparação com o ano anterior, combinação do aumento de 2,1% no fluxo de veículos leves e queda de 2,8% em veículos pesados no período. Nos seis primeiros meses do ano, foram registrados 20,2 milhões de VEPs, um crescimento de 0,9% na comparação com o mesmo período de 2018. Destaque para a performance de veículos leves, que representam cerca de 92% do tráfego e apresentaram crescimento de 1,2%. Em veículos pesados, verificou-se queda de 3,0% no 6M19 comparado ao 6M18.

Os resultados do 2T19 e dos 6M19 apresentam, em parte, os efeitos da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018 e impactou diretamente o fluxo de veículos pesados e leves. Colocando os números de 2019 e de 2018 na mesma base de comparação, o resultado é de crescimento de 3,0% no 2T19 e de 1,4% no 6M19 em relação aos mesmos períodos de 2018. Dentre os possíveis motivadores para tal efeito, podemos citar a interdição em vigor na Av. Niemeyer desde o final de maio, que pode estar contribuindo para a variação positiva em veículos leves na comparação com 2018, além de um efeito limitado da greve dos caminhoneiros devido ao perfil de tráfego da rodovia.

A Linha Amarela é uma via expressa urbana que liga a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, à Ilha do Fundão, onde fica localizado o Aeroporto Internacional Galeão, sendo, portanto, uma rota muito utilizada no trajeto casa-trabalho-casa. A geração de empregos, como pode ser verificada no gráfico abaixo, ainda não tem se mostrado suficiente para impactar de forma relevante no número de VEPs da LAMSA.



A proporção de VEPs leves, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, aumentou 0,4 p.p. na comparação do 6M19 com o 6M18.



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Receita Bruta	76.729	72.905	5,2%	150.456	148.060	1,6%
Receitas com Pedágio	76.729	72.902	5,2%	150.456	145.228	3,6%
Receita de Construção (IFRS)	-	3	n.m	-	2.832	n.m
Receita Bruta Ajustada¹	76.729	72.902	5,2%	150.456	145.228	3,6%
Deduções da Receita Bruta	(6.637)	(6.306)	5,3%	(13.014)	(12.567)	3,6%
Receita Líquida Ajustada¹	70.092	66.596	5,2%	137.442	132.661	3,6%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada do 2T19 aumentou 5,2% frente a verificada no 2T18. No 6M19, o crescimento foi de 3,6% em relação a 2018. Nas Receitas com Pedágio, o aumento reflete tanto o maior volume de VEPs, especialmente os leves, quanto o reajuste tarifário contratual, em vigor desde fevereiro de 2019. Em Receita de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

CUSTOS E DESPESAS GERENCIAIS

Custos e Despesas Gerenciais (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Pessoal	(6.685)	(8.644)	-22,7%	(13.314)	(18.022)	-26,1%
Conservação & Manutenção	(2.563)	(2.105)	21,7%	(6.600)	(3.640)	81,3%
Operacionais	(4.400)	(2.489)	76,7%	(7.778)	(5.067)	53,5%
Despesas Administrativas	(7.567)	(1.665)	354,5%	(13.872)	744	n.m
Custos & Despesas Administráveis	(21.215)	(14.903)	42,4%	(41.564)	(25.985)	60,0%
Depreciação & Amortização	(5.558)	(5.420)	2,5%	(10.891)	(10.849)	0,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(26.772)	(20.323)	31,7%	(52.455)	(36.834)	42,4%
Custo de Construção (IFRS)	-	(3)	n.m	-	(2.815)	n.m
Custos & Despesas Operacionais	(26.772)	(20.326)	31,7%	(52.455)	(39.649)	32,3%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção

A partir de 2019, os custos e despesas compartilhados com a Matriz passaram a ser contabilizados em Despesas Administrativas. Na tabela a seguir estão os custos e despesas comparáveis, ou seja, valores reconciliados por natureza contábil, e na sequência as explicações para as variações.

Custos e Despesas Gerenciais Comparáveis (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Pessoal	(6.685)	(5.545)	20,6%	(13.314)	(12.318)	8,1%
Conservação & Manutenção	(2.563)	(2.104)	21,8%	(6.600)	(3.638)	81,4%
Operacionais	(4.400)	(2.479)	77,5%	(7.778)	(5.047)	54,1%
Despesas Administrativas	(7.567)	(4.774)	58,5%	(13.872)	(4.982)	178,4%
Custos & Despesas Administráveis	(21.215)	(14.903)	42,4%	(41.564)	(25.985)	60,0%
Depreciação & Amortização	(5.558)	(5.420)	2,5%	(10.891)	(10.849)	0,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(26.772)	(20.323)	31,7%	(52.455)	(36.834)	42,4%
Custo de Construção (IFRS)	-	(3)	n.m	-	(2.815)	n.m
Custos & Despesas Operacionais	(26.772)	(20.326)	31,7%	(52.455)	(39.649)	32,3%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção

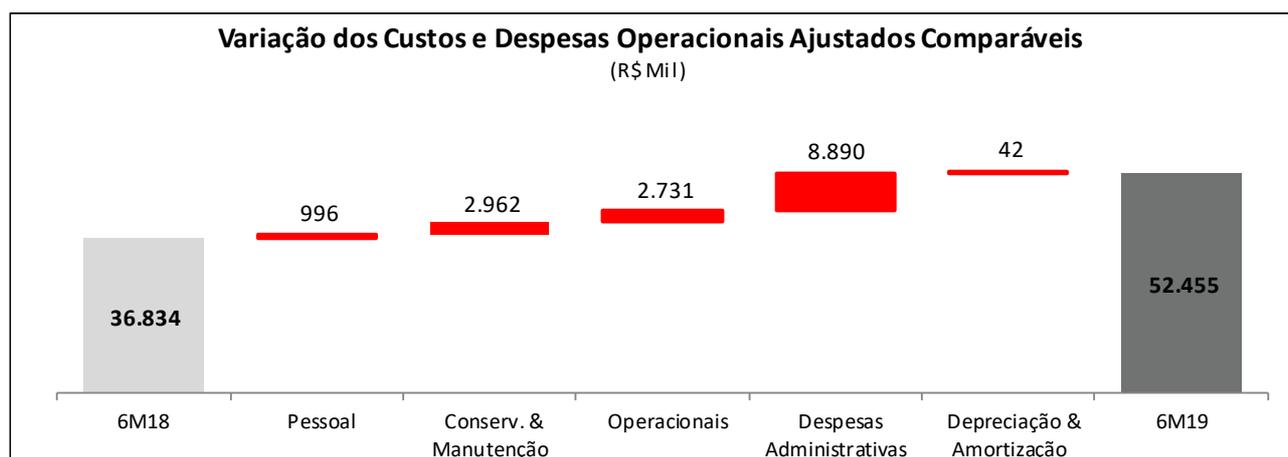
Os Custos & Despesas Administráveis aumentaram 42,3% no 2T19 em relação ao 2T18 e 60,0% na comparação entre os semestres.



O aumento em Pessoal é reflexo de maiores despesas com pessoal de manutenção em função do incremento dos serviços de manutenção na rodovia. Em Conservação & Manutenção, houve maiores gastos devido às intervenções no pavimento ao longo de toda a via para além de manutenção de camada asfáltica. O aumento dos custos Operacionais se deu pelos custos relacionados a manutenção asfáltica. Em Despesas Administrativas, o aumento é explicado por, principalmente, maiores provisões para contingências e sinistros que ocorreram na

via no exercício de 2018.

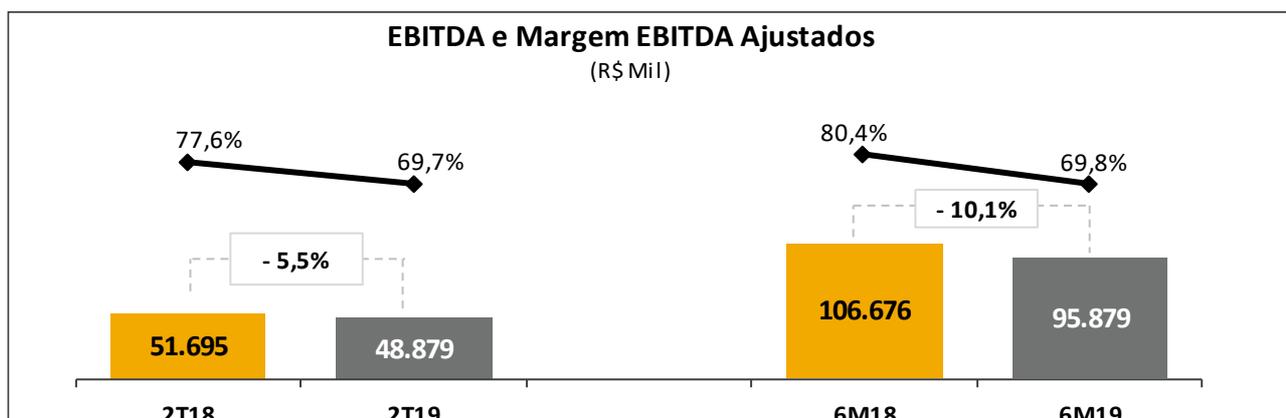
Em Custos de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão, conforme demandas de obras. Depreciação & Amortização registrou leve aumento de 0,4%.



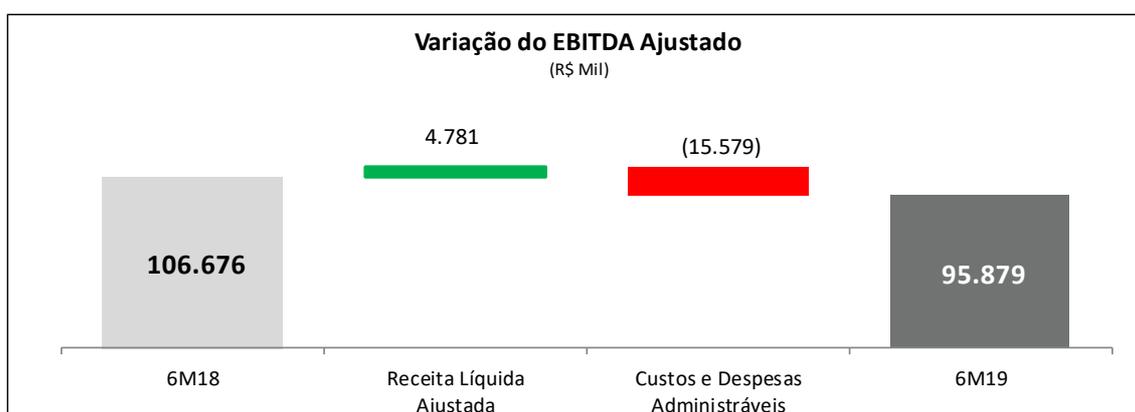
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	26.477	27.421	-3,4%	51.355	57.031	-10,0%
Resultado Financeiro Líquido	3.269	4.969	-34,2%	7.321	10.541	-30,6%
IRPJ & CSLL	13.574	13.883	-2,2%	26.312	28.272	-6,9%
Depreciação e Amortização	5.558	5.420	2,5%	10.891	10.849	0,4%
EBITDA ICVM 527	48.879	51.694	-5,4%	95.879	106.693	-10,1%
Margem EBITDA	69,7%	77,6%	-7,9 p.p	69,8%	78,7%	-8,9 p.p
Receita de Construção (IFRS)	-	(3)	n.m	-	(2.832)	n.m
Custo de Construção (IFRS)	-	4	n.m	-	2.815	n.m
EBITDA Ajustado¹	48.879	51.695	-5,4%	95.879	106.676	-10,1%
Margem EBITDA Ajustada¹	69,7%	77,6%	-7,9 p.p	69,8%	80,4%	-10,6 p.p

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção



O EBITDA Ajustado registrou queda de 5,5% no 2T19 e 10,1% no 6M19 comparado aos mesmos períodos de 2018. A queda está relacionada ao aumento dos custos e despesas administráveis, conforme relatado anteriormente. Com a redução do EBITDA e um aumento da Receita Líquida, verificou-se queda na Margem EBITDA Ajustada do 2T19 e do 6M19.



RESULTADO FINANCEIRO

Inflação e Juros	6M19	6M18	▲
IPCA Últimos 12 Meses	3,37%	4,39%	-1,0 pp
CDI Final do Período	6,40%	6,39%	0,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,32%	7,35%	-1,0 pp
TJLP Final do Período	6,26%	6,60%	-0,3 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,71%	6,84%	-0,1 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

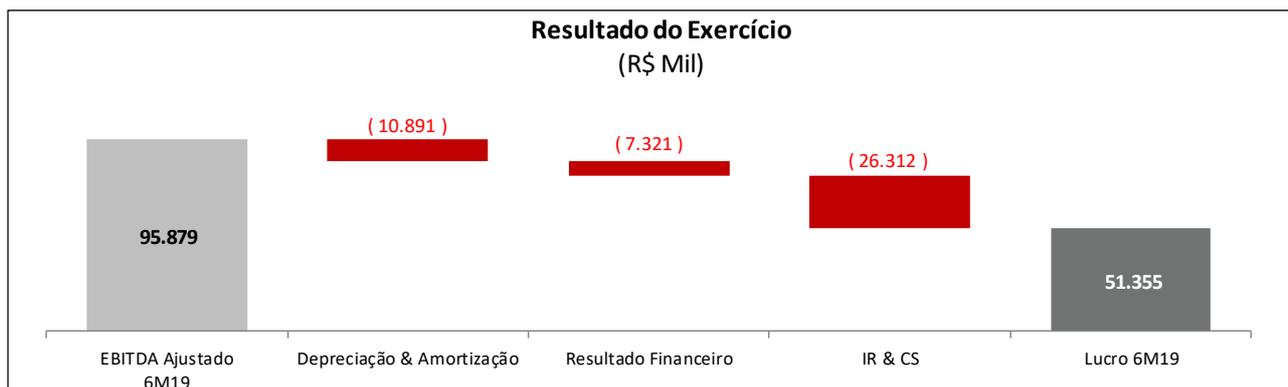
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Resultado Financeiro	(3.269)	(4.969)	-34,2%	(7.321)	(10.541)	-30,5%
Receitas Financeiras	3.420	6.337	-46,0%	8.186	9.882	-17,2%
Descontos obtidos	-	-	n.m	20	-	n.m
Juros sobre aplicações financeiras	185	264	-30,0%	370	410	-9,5%
Variação monetária ativa	286	-	n.m	285	-	n.m
Variação cambial ativa	448	(756)	-159,3%	1.781	-	n.m
Operações de instrumentos financeiros derivativos	23	4.253	n.m	851	4.253	-80,0%
Juros sobre debêntures	2.478	2.576	-3,8%	4.878	5.219	-6,5%
Despesas Financeiras	(6.689)	(11.306)	-40,8%	(15.506)	(20.423)	-24,1%
Comissões e despesas bancárias	(64)	(61)	5,0%	(106)	(96)	11%
Variações cambiais passivas	(191)	(4.981)	-96,2%	(1.517)	(5.652)	-73%
Variações monetárias passivas	(25)	(40)	-40,0%	(53)	(85)	-37%
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(330)	929	-135,5%	(1.210)	-	n.m
Juros passivos	(210)	(467)	-55,2%	(205)	(1.274)	-84%
Juros sobre empréstimos e debêntures	(5.840)	(6.666)	-12,4%	(12.328)	(13.230)	-7%
Outros	(29)	(20)	47,4%	(87)	(86)	1%

O Resultado Financeiro Líquido reduziu 34,2% no 2T19 comparado ao 2T18 e 30,5% nos 6M19 em relação ao mesmo período de 2018, principalmente, devido a quitação de dívida junto a instituição financeira, gerando menores pagamentos de juros em função da redução de principal.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

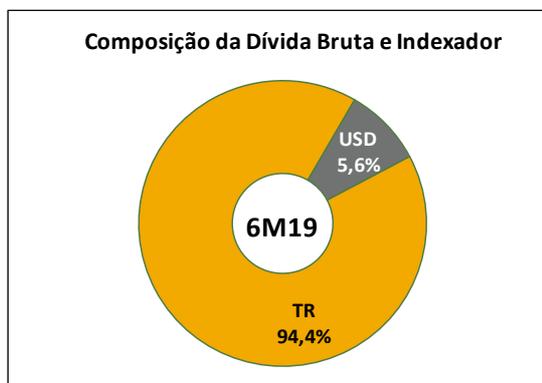
Resultado Líquido (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Lucro/ Prejuízo do Exercício	26.477	27.421	-3,4%	51.355	57.031	-10,0%

A LAMSA registrou R\$ 51,4 milhões de lucro no 6M19, o que representou uma queda de 10% em relação ao 6M18. No 2T19, a queda é de 3,4% em relação ao 2T18, totalizando R\$ 26,4 milhões. Esta piora ocorreu, principalmente, devido a maiores custos e despesas operacionais, principalmente os custos com conservação e manutenção e despesas administrativas.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	6M19	6M18	▲
Dívida Bruta	(274.951)	(294.407)	-6,6%
Curto Prazo	(52.049)	(47.787)	8,9%
Empréstimos e Financiamentos	(15.273)	(15.560)	-1,9%
Debêntures	(36.776)	(32.227)	14,1%
Longo Prazo	(222.902)	(246.619)	-9,6%
Empréstimos e Financiamentos	-	(7.604)	-100,0%
Debêntures	(222.902)	(239.016)	-6,7%
Disponibilidades	37.164	27.104	37,1%
Caixa e equivalentes de caixa	37.164	27.104	37,1%
Dívida Líquida	(237.787)	(267.303)	-11,0%



A Dívida Bruta reduziu 6,6% no 6M19, principalmente, em função de quitação de dívida junto a entidade financeira e amortizações ordinárias conforme contrato.

A Dívida Líquida caiu 11,0% no primeiro semestre de 2019, acompanhando o movimento de queda da dívida bruta e aliada a um aumento nas disponibilidades superior a 37%.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	6M19	6M18	▲
Investimento Total	3.646	3.711	-1,8%
Imobilizado	643	517	24,4%
Intangível	3.499	3.308	5,8%
Software e Outros	3.499	3.308	5,8%
(-) Transação Não Caixa	(496)	(97)	411,3%
(-) Margem de Construção	-	(17)	n.m

No 1º semestre de 2019 foram investidos R\$ 3,6 milhões, destinados, principalmente, para o projeto de reforço do Viaduto Oswaldo Cruz além de revitalizações viárias ao longo dos 17 km da rodovia.

SOBRE A COMPANHIA

A LAMSA



A Linha Amarela S.A. - LAMSA, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração da via expressa urbana, concedido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Tendo completado vinte anos em 2017, a Linha Amarela, possui 1 praça de pedágio, aproximadamente 17,4 km de extensão e 20 km de acessos e saídas. A via liga a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e à Ilha do Fundão, além de facilitar o acesso da Barra da Tijuca ao centro da cidade, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela.

Sobre a Invepar

A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

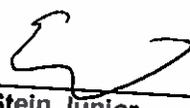
Declaração dos Diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Em observância às disposições constantes no artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, declaramos, na qualidade de Diretores da Linha Amarela S.A. – LAMSA, que discutimos, revimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2019.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019



Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Presidente



Enio Stein Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, declaramos, na qualidade de Diretores da Linha Amarela S.A. – LAMSA, que discutimos, revimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 12 de agosto de 2019, referente às informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2019.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019



Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Presidente



Enio Stein Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores